

## PROJETO BÁSICO

### EXECUÇÃO DE SERVIÇOS/OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL HORTIFRUTIGRANJEIRO DE TOBIAS BARRETO, NESTE ESTADO.

#### 1. OBJETIVO

- 1.1 A partir do lançamento do Programa Acelera Sergipe, que se destaca como um programa inovador de interiorização de investimentos, promovendo, por meio de uma parceria com as prefeituras, melhorias estruturais significativas e impulsionando o crescimento econômico nos municípios sergipanos. Assim, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento regional, promovendo não apenas a infraestrutura física, mas também o crescimento econômico e a geração de emprego e renda para a população. Dessa forma, o presente Projeto Básico tem por objetivo atender à necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), visando ao fortalecimento da economia local, à garantia de segurança e adequação sanitária, à valorização urbanística e a melhoria da qualidade de vida da população com a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS/OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL HORTIFRUTIGRANJEIRO, NESTE ESTADO**, conforme especificações técnicas, memoriais descritivos, projetos e planilhas orçamentárias anexas.
- 1.2 O valor estimado para efeito de avaliação da exequibilidade da proposta, inclusos os custos indiretos é R\$ 30.681.616,12 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e dezesseis reais e doze centavos), conforme planilhas orçamentárias anexas, elaboradas preferencialmente com base nos sistemas ORSE/SINAPI. Valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.
- 1.3 O regime de execução da contratação pretendida será empreitada por preço unitário.

#### 2. CONDIÇÕES DE SERVIÇOS

- 2.1 Todos os serviços especificados em projeto e em planilha deverão ser executados, atendendo também aos detalhes que o Fiscal auxiliará para serem feitos de forma correta.

- 2.2 A execução de todos os serviços deverá atender rigorosamente às especificações e detalhes respectivos, normas de fabricantes, normas técnicas, a legislação que rege o assunto, bem como as boas práticas de engenharia.
- 2.3 Todas e quaisquer modificações introduzidas no projeto, detalhes, especificações inclusive acréscimos, somente serão admitidos com prévia autorização da fiscalização, e será anotada no livro de ocorrência da obra, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da obra.
- 2.4 Exigir-se-á emprego de mão de obra qualificada e de materiais de primeira qualidade na execução de todos os serviços em atendimento aos padrões definidos pela Sedurbi.
- 2.5 Todos os materiais considerados “similar” deverão ser previamente submetidos à apreciação da fiscalização, devendo a autorização do mesmo ser dada por escrito;
- 2.6 As cores da pintura deverão ser definidas pela fiscalização;
- 2.7 A contratada deverá observar **critérios de sustentabilidade**, incluindo: Manejo adequado de resíduos da construção civil e destinação ambientalmente correta; Uso racional de insumos, energia e água; Valorização da mão de obra local e priorização de fornecedores regionais, sempre que viável; Adoção de práticas que reduzam impactos ambientais e fomentem economia circular.
- 2.8 A contratada deverá atender todas as condicionantes existentes na Licença Ambiental.

### 3. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 3.1 O prazo total para execução dos trabalhos será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
- 3.2 O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua assinatura.
- 3.3 Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos da legislação pertinente.

### 4. CRITÉRIO PARA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 A proposta mais vantajosa será selecionada pelo critério de menor preço global, observada a vantajosidade, a sustentabilidade e a compatibilidade técnica e econômica.

## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá comprovar:

5.1 Inscrição e habilitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU;

5.2 Capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que comprovem execução anterior de obras de complexidade similar;

5.3 Disponibilidade de profissional(is) habilitado(s) com ART registrada em serviços de natureza compatível.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à contratante:

6.1 Assegurar o livre acesso da contratada a todos os locais onde se fizeram necessários os serviços;

6.2 Autorizar previamente a realização de qualquer serviço pela contratada, mediante apresentação pela contratada de proposta/orçamento.

6.3 Acompanhar e fiscalizar, a execução dos serviços;

6.4 Advertir e penalizar o contratado pela não execução de suas obrigações de acordo com o previsto no procedimento licitatório;

6.5 Efetuar o pagamento a contratada de acordo com as medições aprovadas;

6.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à contratada:

7.1 Prestar os serviços de acordo com as condições e prazos aqui estabelecidos.

- 7.2 Apresentar para cada tipo de serviço proposta/orçamento das atividades envolvidas e os projetos necessários de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e no procedimento licitatório, inclusive prazo de execução dos serviços.
- 7.3 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 7.4 Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas de correntes da execução dos serviços, tais como: Salário, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
- 7.5 Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.
- 7.6 Apresentar, sempre que solicitada pela contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais.
- 7.7 Assumir, ainda, a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, em vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.
- 7.8 Disponibilizar no mínimo 02 equipes simultâneas para a proposta das atividades envolvidas.
- 7.9 Atender às exigências ambientais.

## 8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

- 8.1. Obtenção de licença ambiental;
- 8.2. Regularização e/ou desapropriação de imóveis quando necessários;
- 8.3. Anuência de concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, energia, telecomunicações etc.) quando necessário;
- 8.4. Comunicação prévia à comunidade impactada.

## 9. JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO E CONSÓRCIO

9.1 Não haverá parcelamento, por se tratar de serviços interdependentes.

9.2 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a admissão de participação em consórcio pode ser afastada pela Administração desde que devidamente motivada conforme as características do objeto. No caso concreto em apreço, verifica-se que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto financeiro que justifique a necessidade de associação entre empresas. Os serviços envolvidos são usuais na engenharia civil e amplamente executados por empresas que possuem capacidade técnica individual suficiente, o que não se mostra restritivo à competitividade. Ademais, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação da gestão e fiscalização contratual, facilitando a responsabilização da contratada e reduzindo riscos operacionais decorrentes da atuação conjunta de múltiplas empresas. Dessa forma, a não admissão de consórcios mostra-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público.

## 10. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 10.1 Destinação correta dos resíduos;
- 10.2 Atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental;
- 10.3 Medidas compensatórias, quando exigidas pelo órgão ambiental competente.

## 11. ADOÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING)

- 11.1 Considerando que os projetos de engenharia se encontram desenvolvidos em metodologia BIM, a execução e a fiscalização deverão observar, sempre que possível, as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal nº 10.306/2020, pela Estratégia Nacional de Disseminação do BIM – Estratégia BIM BR, bem como o Decreto Estadual nº368/2023 e demais normas técnicas aplicáveis.
- 11.2 Os modelos BIM constituem parte integrante do Projeto Básico e deverão ser utilizados como referência principal para a execução das obras, compatibilização de disciplinas, extração de quantitativos, planejamento executivo e fiscalização.
- 11.3 O uso do BIM visa reduzir riscos de interferências, retrabalhos, aditivos contratuais, bem como aumentar a transparência, a precisão dos quantitativos e a eficiência da fiscalização da obra.

11.4 Em caso de divergência entre documentos, prevalecerá a solução tecnicamente mais restritiva e aderente ao interesse público, conforme avaliação da fiscalização e da equipe técnica da SEDURBI.

11.5 A adoção da metodologia BIM reforça a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação, atendendo plenamente aos requisitos do art. 18 e do art. 26 da Lei nº 14.133/21.

## 12. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento se dará conforme planilhas de medição aprovadas pelo fiscal que liberará ou não a efetuação deste pagamento.

## 13. CRONOGRAMA DE ENTREGA

O recebimento da obra será realizado em duas etapas (provisoriamente e definitivamente), em acordo com o Capítulo IX da Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021, após todos os serviços especificados estarem completos conforme planilhas de medições e conforme relatório elaborado por fiscal sobre a situação da obra em questão:

13.1 **Recebimento provisório:** em até 15 dias após solicitação da contratada, mediante termo circunstanciado;

13.2 **Recebimento definitivo:** pelo fiscal ou comissão designada pela autoridade competente até 90 dias após o recebimento provisório, mediante vistoria e termo formal que comprove a execução do objeto conforme termos contratuais;

13.3 **Garantia mínima:** 5 anos, nos termos do Código Civil e da Lei nº 14.133/21, admitida a previsão de prazo de garantia superior se definido no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção ou requalificação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias e por força das disposições legais em vigor.

Aracaju, 30 de março de 2026

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: BQPJ-KES4-SOMV-ENRP



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2026 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Matheus Henrique Barros De Souza \*\*\*49278\*\*\* SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS ESTRUTURANTES - SEDURBI Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura 30/03/2026 11:05:25 (Docflow)